

# Prólogo

*Florbela Fernandes*<sup>1</sup>

Início parabenizando a Alap, Associação Latino-Americana de População, e a Abep, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, pela realização conjunta do seminário “La CIPD más allá de 2014 y la Dinámica Demográfica de América Latina y del Caribe”, ocorrido no marco da revisão global da CIPD, Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Parabenizo também a publicação do livro *Cairo+20: perspectivas da agenda de população e desenvolvimento sustentável pós-2014*, que será de grande utilidade para o processo de discussão nacional, regional e internacional.

O Plano de Ação do Cairo, resultado da CIPD de 1994, foi e continua sendo um marco na agenda global de população, desenvolvimento e direitos, oferecendo um conjunto de metas e compromissos acordados por 179 países.

Seu processo de revisão global, agora em curso, examina conquistas e desafios remanescentes com base em evidências fornecidas por cada país, que respondem a quatro princípios norteadores – dignidade, saúde, segurança e boa governança.

No processo de revisão pretende-se compreender em que medida o progresso alcançado foi equitativo, bem como identificar novos desafios e/ou novas possibilidades para responder adequadamente aos problemas persistentes. Este processo e seus resultados serão decisivos para a definição de prioridades para a Agenda de Desenvolvimento das Nações Unidas para depois de 2015.

O UNFPA tem trabalhado muito para estabelecer vínculos entre a revisão da CIPD, incluindo os dados da pesquisa global sobre progressos, as análises regionais que serão apresentadas e debatidas nas Conferências Regionais de População e Desenvolvimento, como a que ocorrerá em Montevideu, em agosto, no caso da América Latina e o Caribe, e as consultas e diálogos pós-ODMs realizadas nos vários países; assim como para a construção da nova agenda de prioridades pós-2015.

Para o UNFPA, essa nova agenda de desenvolvimento deve englobar algumas questões essenciais, tais como assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e aos direitos reprodutivos. Atualmente, ainda existem cerca de 222 milhões de mulheres com necessidades de acesso a meios modernos de contracepção. Se essas demandas

---

<sup>1</sup> Palavras da representante do Fundo de População das Nações Unidas – UNFPA Brasil.

fossem atendidas, poderiam ser evitados 21 milhões de gravidezes não planejadas, 26 milhões de abortos, 1 milhão e 100 mil mortes de crianças e 79 mil mortes maternas.

Outro ponto essencial é investir em saúde materna. Desde 1990, as taxas mundiais de mortalidade materna caíram em mais de 30%. Mas é preciso lembrar que, todos os dias, mais de 800 mulheres morrem no mundo por complicações relacionadas à gravidez e ao parto, as quais podem ser evitadas. O Objetivo de Desenvolvimento do Milênio “5” é aquele com maior risco de não ser alcançado globalmente.

É importante também colocar as pessoas jovens na vanguarda do desenvolvimento. Temos hoje 1,8 bilhão de jovens em todo o mundo, um quarto da população mundial – a maior geração de adolescentes e jovens da história. No Brasil o contingente de jovens de 15 a 29 anos ultrapassa 51 milhões.

As e os jovens devem ser reconhecidos como atores fundamentais neste processo de mudança. Mas, para isso, precisam atingir seu pleno potencial, tendo a oportunidade de completar sua educação com qualidade, desenvolver suas habilidades profissionais, ter garantia de emprego decente, ter acesso a informações, insumos, ações e serviços de saúde sexual e reprodutiva e, além disso, oportunidades de participação efetiva em todo o processo de desenvolvimento nacional, como eles e elas próprios(as) vêm demandando, aqui e em outros países.

Enfim, o investimento em capital humano é fundamental para o aproveitamento do período que ainda resta do bônus demográfico. Trata-se de uma necessidade no presente e uma forma eficaz de planejar o envelhecimento da população.

Além disso, está demonstrado que a redução das desigualdades de gênero leva a maiores taxas de crescimento econômico, sendo essencial para o desenvolvimento social e econômico inclusivo. Domicílios onde as mulheres têm maior influência tendem a alocar uma parcela maior de recursos domésticos para a educação e saúde. Logo, incorporar a igualdade de gênero no marco de desenvolvimento é um dos recursos mais importantes para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento.

Outra questão-chave está vinculada à paz e segurança. Estima-se que sete em cada dez mulheres e meninas sofram alguma forma de violência durante suas vidas. Elas são desproporcionalmente afetadas por violência doméstica, violência sexual, pobreza e exclusão social. No Brasil, de acordo com estudos e pesquisas, uma mulher sofre violência física a cada 24 segundos; a cada dois minutos cinco mulheres são espancadas. Proteger os direitos das mulheres e jovens contra a violência, especialmente em situações de conflito e crises humanitárias, é essencial para assegurar suas contribuições nos processos de construção da paz, da segurança humana e do desenvolvimento.

Não menos importante é o reconhecimento da influência das dinâmicas populacionais mundiais e nacionais como determinantes e desafios para o desenvolvimento social e econômico, atual e futuro, demandando respostas políticas complexas e holísticas para garantir o desenvolvimento sustentável. De fato, o mundo é caracterizado por diversidade. Alguns países verão suas populações crescerem, como a maioria dos paí-

ses africanos. Por outro lado, países como o Brasil experimentarão no futuro próximo um declínio absoluto em sua população.

Ainda nesta linha, enquanto alguns países registram aumento de suas populações jovens, outros enfrentam o envelhecimento em ritmo acelerado e até a redução de suas populações.

As dinâmicas populacionais oferecem mais que desafios, oportunidades associadas ao bônus demográfico, aumento das migrações e da urbanização, situações que favorecem a adaptação das pessoas às mudanças nas condições sociais, econômicas e ambientais e podem contribuir para o desenvolvimento. Todavia, para que estas oportunidades se tornem realidade, é preciso um alto investimento em políticas elaboradas e implementadas com enfoque de direitos, que respeitem, defendam e ampliem as liberdades humanas.

Finalmente, é preciso responsabilizar os diversos atores do desenvolvimento pelos impactos logrados – ou não. Para medir o real impacto das ações de desenvolvimento na vida das pessoas, nas dinâmicas que movem e organizam as sociedades, no meio ambiente e contextos econômicos, é necessária a definição de um conjunto de indicadores robustos e sensíveis, passíveis de serem desagregados por sexo, idade, nível socioeconômico e raça/etnia.

A adoção de novos e bons indicadores completa-se com a coleta e análise sistemática de dados, procedimento que serve não apenas à tarefa de monitoramento e avaliação, mas também como instrumento de defesa dos direitos das pessoas. Uma gestão orientada para resultados, que inclua prestação de contas e a transparência, é essencial para que a comunidade nacional e internacional, as Nações Unidas, os governos e os diferentes grupos organizados acompanhem as transformações e, sempre que necessário, reorientem o foco e redefinam estratégias.

Para o UNFPA, o êxito da nova agenda do desenvolvimento dependerá da consecução dos deveres por parte dos Estados e ainda da desenvoltura, resiliência e sustentabilidade dos indivíduos, com destaque para as mulheres, adolescentes e jovens, afro-descendentes, indígenas, migrantes, pessoas com deficiência, aqueles e aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social, cujas necessidades devem ser priorizadas para garantir a criação de um mundo mais justo e equitativo, que foi o grande compromisso assumido durante a CIPD.

As dimensões do indivíduo, da sociedade, da economia, do meio ambiente e da paz e segurança são essenciais para alavancar o desenvolvimento de modo coerente com aquilo que desejamos.

Esperamos que este debate agregue valores para o processo de revisão da CIPD, para o fortalecimento da Agenda de Cairo, bem como para a construção de instrumentos e mecanismos que nos permitam continuar avançando na Agenda para além de 2014.